

Relatos e memórias



X ENCONTRO NACIONAL DE SIGNATÁRIAS DA PLATAFORMA MROSC

12 E 13 DE JULHO DE 2022



EXPEDIENTE

Comitê Facilitador

Abong

Cáritas Brasileira

Cese

Fundação Esquel

GIFE

Unicopas

Equipe Técnica

Organizadores:

Igor Ferrer, Luise Villares, Eliana Rolemberg
e Candice Araújo

Apoio técnico na transmissão:

Candice Araújo, Luise Villares e Igor Ferrer

Mediação:

Daniela Tolfo e Mauri Cruz

Relatoria:

Bianca Tribéss

Revisão:

Luise Villares e Eliana Rolemberg

Assessoria de comunicação:

Nivea Martins e Angelica Tomassini

Projeto gráfico e diagramação: Mateus Leal



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. PREPARAÇÃO PARA O X ENCONTRO NACIONAL DE SIGNATÁRIAS ...	4
1.1 MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO	5
1.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES	6
2. ABERTURA DO ENCONTRO	9
2.1 PRIMEIRO DIA DO X ENCONTRO NACIONAL DE SIGNATÁRIAS DA PLATAFORMA MROSC	9
2.1.1 AGENDA DO ENCONTRO	10
2.1.2 CONJUNTURA POLÍTICA PARA ATUAÇÃO DAS OSC	11
2.2 SEGUNDO DIA DO X ENCONTRO NACIONAL DE SIGNATÁRIAS DA PLATAFORMA MROSC	18
2.1.1 DEFINIÇÃO DE COMPROMISSOS E AGENDA POLÍTICA DA PLATAFORMA	19
2.1.2 ESTRUTURA DE GESTÃO PARA O PERÍODO	24
2.1.3 AGENDA 2022/2023	27
3. AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES	28
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
5. ANEXOS	31



1

INTRODUÇÃO

1. PREPARAÇÃO PARA O X ENCONTRO NACIONAL DE SIGNATÁRIAS

O X Encontro Nacional das Signatárias da Plataforma MROSC teve como tema **“O papel das OSC na agenda de reconstrução do Brasil”** e aconteceu de forma remota nos dias 12 e 13 de julho de 2022. O Encontro estava previsto para ser presencial em Porto Alegre, porém, diante da desistência da participação presencial de algumas pessoas pela possibilidade de contaminação pela Covid-19, somada ao alto custo para deslocamento de pessoas de todo o Brasil para Porto Alegre, e ao elevado número de inscritos para participação presencial para além da capacidade orçamentária, o Encontro foi adaptado para realização virtual, mantendo as temáticas previamente definidas.

O objetivo deste Encontro foi discutir os desafios e as prioridades da Plataforma para o próximo período, assim como deliberar sobre os encaminhamentos necessários para a defesa e fortalecimento das OSC no Brasil. Como parte da preparação do X Encontro Nacional, tivemos o Seminário Nacional que ocorreu no dia 1º de julho de forma presencial na Câmara dos Deputados Federais e com transmissão virtual, com a temática **“O papel do parlamento no contexto de criminalização das OSC e redução da participação e controle social por parte da sociedade civil”**.



Link do Seminário Nacional da Plataforma MROSC
https://www.youtube.com/watch?v=a5kq8j_GGxg&t=6565s

1.1 MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A mobilização para o Encontro foi realizada através de materiais informativos elaborados e encaminhados às organizações signatárias por e-mail, assim como disponibilizados no site da Plataforma MROSC e também divulgados nas redes sociais (Whatsapp, Instagram e Facebook).



Na convocação ao Encontro Nacional, o Comitê Facilitador compartilhou um documento com reflexões sobre os desafios da Plataforma MROSC para o próximo período, reforçando o momento atual extremamente difícil para as OSC. A convocação com as reflexões pode ser encontrada ao fim desse documento (Anexo I), resgatando também os pontos reivindicados pela Plataforma MROSC em 2010, ano de sua criação. Além das reflexões, foram sugeridos na carta desafios e propostas considerados prioritários para serem encaminhados às candidaturas e futuramente encaminhados pelos governantes, sendo feito o convite às OSC para contribuírem a partir das sugestões por um formulário disponibilizado. Pelo formulário, **18 organizações enviaram contribuições, apresentadas no segundo dia do Encontro junto com as propostas iniciais divulgadas na carta.**

1.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Para entendermos melhor quem participa dos espaços e das discussões, seguem alguns dados sobre quem se inscreveu e participou do X Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC:

- Foram 103 inscritos, sendo em sua maioria mulheres (67 pessoas). Em relação aos estados com maior número de pessoas inscritas, foram São Paulo (24 inscritos), Minas Gerais (15 inscritos), Bahia (10) e Distrito Federal (10 inscritos).
- Durante os dois dias de evento, 79 pessoas participaram e preencheram o formulário de presença, contando com a maioria de mulheres (47 mulheres e 32 homens), assim como nos eventos anteriores. Para saber de qual parte do país cada pessoa estava, foi utilizada uma ferramenta virtual, preenchida por 66 dos participantes e resultando na seguinte distribuição pelo Brasil de acordo com o mapa abaixo:

**67****mulheres****36****homens**

103 inscritos



Dos 14 estados presentes, **destaca-se a grande participação de pessoas da Bahia (18), São Paulo (9) e Goiás (8) e a falta de OSC Signatárias presentes da região sul.** Observou-se, por fim, uma adesão consideravelmente maior que a apresentada no último encontro, realizado também em formato virtual.

Lista de OSC que participaram

ABONG

ACEIP / DF

AFABE - Associação dos Filhos e Amigos de Bezerros

AFASO e FMDCA

AIF.Ass.Instituto Farol

AmazôniaTEC

Amepa

Aredacre/Aborda

ASAMIL

ASSOCIAÇÃO AGA & VIDA

Associação Comunitária do Guarani

Associação Da Escola Comunitária Família Agrícola Da Região De Cicero Dantas - Bahia. AECFARCIDA

Associação de Moradores do Engenho - AME

Associação de Mulheres Negras do Acre

Associação para o Desenvolvimento e Organização da Sociedade Civil - DOSC

CACTUS - Associação De Assistência Técnica A Assessoria Aos Trabalhadores Rurais E Movimentos Populares

CAMP - Escola de Cidadania

Cáritas Brasileira

Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2

Casa de Cultura Esporte e Cidadania Dona Joana

Casa do Beco

CECRE Redenção Programa QUEM AMA CUIDA

CEDASB - Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia

Centro Cultural Corrente do Bem

Centro de Desenvolvimento e Cidadania

Centro de integração raio de sol

Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC)

CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço

Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Jacuípe

Comitê SEMEANDO Coréia Mesquita RJ/ NESPES

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC

Defensores do planeta

ELO - Ligação e Organização

FetraF/sintraF

Fórum Baiano LGBT

Fundação Apaeb

Fundação Grupo Esquel Brasil

FUNDAMIG - Federação Mineira De Fundações E Associações De Direito Privado / Centro Mineiro De Voluntariado Transformador

GIFE

Global Equipe Brumadinho.

Grupo de Apoio a Prevenção a AIDS da Bahia GapaBa

Instituto Atuar

Instituto Cultural Filhos de Aruanda

Instituto Cultural Profetas em Arte - Instituto Profarte

Instituto de Ações Socioambientais - INASA

Instituto Ensinando a Sorrir-IES

Instituto IDhES e CAMP - Escola de Cidadania

Instituto Lucas Amoroso

Instituto Mariana

Instituto Pólis / Abong

Instituto Redes Para O Desenvolvimento

Instituto Renascer Mulher

Instituto Renovo, Apac Aguas Lindas Go, Instituto Imeg

Instituto Socioambiental

Instituto Vanguarda Social

JH9.ORG

MOC

Movimento de Mulheres Maria Pimentel Marinho

Movimento de Mulheres Vitória Régia

Movimento Mulheres Trabalhadoras Rurais Pernambuco

Mudança de Cena

NESPES Mesquita RJ

OSCIP Terra das Andorinhas

Ponto De Cultura Conexão Afro Amazonas

Somar Brasil Social

UCB - União de Ciclistas do Brasil

UCDF

União de Ciclistas do Brasil

UNIÃO POPULAR PELA VIDA

UNICOPAS - União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias

UNISOLBrasil/Acre

Vale do Café CVB

2

ABERTURA DO ENCONTRO

2.1 **PRIMEIRO DIA** DO X ENCONTRO NACIONAL DE SIGNATÁRIAS DA PLATAFORMA MROSC

“E ecoa noite e dia, é ensurdecedor! Ai, mas que agonia, o canto do trabalhador. Esse canto que devia ser um canto de alegria, soa apenas como um soluçar de dor”¹

O primeiro dia do evento contou com a facilitação de Daniela Tolfo, socióloga e Secretária Executiva do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP). Após apresentar orientações gerais para a atividade, compartilhou a saudação e abertura com Mauri Cruz, do Instituto IDhES e do CAMP, que destacou a importância do espaço para definir os compromissos coletivos com a Agenda MROSC, além da união necessária para enfrentamento da atual conjuntura.

Eliana Rolemberg, representante da CESE no Comitê Facilitador da Plataforma MROSC, fez a acolhida dos participantes e resgatou a realização, neste

¹ Trecho do Canto das Três Raças, de Clara Nunes, canção que introduziu a análise de conjuntura do X Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC.

ano de 2022, do Seminário Nacional, no qual se discutiu o papel do parlamento no fortalecimento das OSC e na ampliação dos espaços de participação cidadã. Ressaltou, também, as conquistas nacionais como a Lei 13.019, a Lei Nacional de Participação Social e os projetos contemplados pelo Fundo OSC, que vêm fortalecendo intercâmbios e articulações das plataformas estaduais. Por fim, reafirmou a luta pela democratização das relações entre sociedade civil e poder público, assim como desejou que consigamos efetivamente construir, acompanhar e fiscalizar políticas públicas de qualidade.

2.1.1 AGENDA DO ENCONTRO

Após a abertura do Encontro e a apresentação dos participantes por meio do chat da sala virtual, Daniela Tolfo apresentou a programação para os dois dias de evento.



The screenshot shows a virtual meeting interface. On the left, a presentation slide titled "O PAPEL DAS OSC NA RECONSTRUÇÃO DO BRASIL" is displayed, along with the logo of the "PLATAFORMA MROSC". On the right, a video feed shows Daniela Tolfo, identified as "Dani Tolfo - Camp". Below the main slide, two smaller slides provide the agenda for the two days of the event.

PROGRAMAÇÃO	
DIA 01 - 12 DE JULHO	
15H00	Acolhida (Mística de Abertura)
15H10	Apresentação dos Presentes
15H20	Agenda do Encontro
15H30	Conjuntura Política para a atuação das OSC
16H15	Intervenções da Plenária
17H30	Falas Finais
18H00	Encerramento
PROGRAMAÇÃO	
DIA 02 - 13 DE JULHO	
15H10	Resgate do dia anterior
15H20	Definição de Compromissos e Agenda Política da Plataforma
16H50	Estrutura de Gestão para o Período
17H50	Agenda 2022/2023
18H00	Encerramento

Programação apresentada por Daniela Tolfo

2.1.2 CONJUNTURA POLÍTICA PARA ATUAÇÃO DAS OSC

“É preciso que tenhamos a humildade de reconhecer que estamos em um mundo muito diverso daquele que a gente conheceu, e que precisamos entender esse mundo para podermos alterar. Esse mundo está aqui presente, agora, no cotidiano, nas atividades e territórios das OSC.”

Mauri Cruz, sobre a análise de conjuntura



Para qualificar a definição dos compromissos e da agenda política da Plataforma MROSC, foi feita antes uma análise de conjuntura com o tema “Conjuntura política para a atuação das organizações da sociedade civil”, contando com contribuições de cinco convidados e com falas de participantes.

Mauri Cruz, que representa o Instituto IDhES e participa do Conselho Diretor do CAMP, abriu a análise de conjuntura destacando o desafio de discutir o papel das OSC para pensar a nossa geração e as próximas, diante da expectativa de alterar essa conjuntura. No contexto global, tem-se um mundo interconectado e interdependente, com profundas mudanças em direção a um futuro comum. Uma delas é a mudança no mundo do trabalho, dada a revolução tecnológica e o aprofundamento da desigualdade como um de seus efeitos: hoje, 1% da humanidade detém 50% das riquezas, o ciclo de acumulação segue e novos bilionários surgindo mesmo diante da crise absurda da pandemia.

As contribuições de Mauri para a análise de conjuntura podem ser encontradas em https://plataformaosc.org.br/wp-content/uploads/2022/07/CRUZ-Mauri_CONJUNTURA-PARA-ATUAÇÃO-DAS-OSCs-NO-BRASIL_-Contribuições-ao-X-Encontro-Nacional-da-Plataforma-MROSC-1.pdf

A mudança econômica impacta ainda em uma alteração da geopolítica, uma tendência de instabilidade que deve se aprofundar nas próximas décadas, somada à crise climática que impacta em especial as pessoas em território mais vulnerabilizado. Ademais, Mauri reforça que há uma mudança substancial na forma com que nos relacionamos com o mundo, aprofundando também a individualização - a nova relação minha com o mundo sem a mediação de coletivos, o que altera também o cenário político.

No que se refere ao contexto nacional, há de se considerar que, uma vez inserido na globalização acima apresentada, no Brasil tem-se o melhor e o pior do capitalismo: os avanços, o desenvolvimento, mas também a violência, a fome e a exclusão. **São cerca de 35 milhões de brasileiros com algum nível de insegurança alimentar**, 20 milhões de famílias sem moradia digna, 12% da população em situação de desemprego e mais de 50 mil pessoas assassinadas anualmente, além da violência recorrente contra idosos, crianças, mulheres e demais grupos vulnerabilizados.

Mauri destaca que os dilemas que aparecem estão conectados com essas mudanças, e quando se fala “classe trabalhadora”, costuma-se idealizá-la como homens brancos operários, quando de fato é essencialmente uma classe formada por negros, indígenas e feminina. Não há como superar a situação atual sem superar o racismo, o patriarcado e o capitalismo. Para isso, são necessárias muitas ações, desde emergenciais como o combate à fome, a busca pelo trabalho, como ações políticas contra os preconceitos e violências, como ações de busca de alternativas.

Considerando que, independente do desfecho eleitoral, as organizações são demandadas para contribuir na mudança dessas situações, o enorme desafio é fortalecer a identidade coletiva como sociedade civil organizada, autônoma e ativa. Para isso, “é preciso aumentar o conhecimento social da nossa relevância e lutar para que tenhamos um ambiente favorável para a nossa atuação”, reforça Mauri. Considerado isso, a Plataforma MROSC tem um papel fundamental na vigilância e na preservação da autonomia no ambiente institucional, seja consolidando mecanismos jurídicos ou abrindo novos mecanismos e espaços de financiamento para as organizações. Por fim, o desejo é que tenhamos capacidade à altura desses enormes desafios apresentados nessa conjuntura.



35 milhões

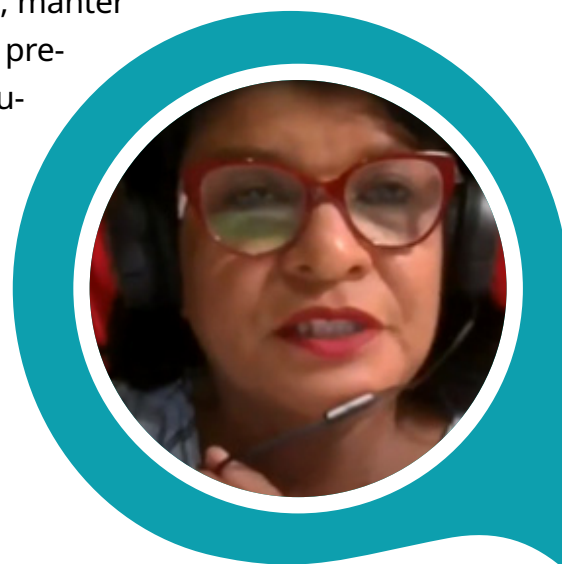


Na sequência, **Adriana Ramos**, jornalista do Instituto Socioambiental – ISA e do Observatório do Clima, enfatizou a importância da sociedade civil na área socioambiental, uma vez que o cenário climático será determinante para o nosso futuro. As consequências da negação da crise climática e do adiamento do seu enfrentamento já são sentidas no cotidiano, sendo cada vez mais necessário investir na prevenção das emergências que surgirão e afetarão não só as pessoas como também os animais.

Adriana compartilha a avaliação do Observatório do Clima de que o evento climático mais importante de 2022 são as eleições brasileiras, apontando que ou o Brasil entra no rumo ou o próprio enfrentamento global vai ser cada vez mais difícil dada a relevância do país com a maior área de floresta tropical. Destaca que, durante o atual governo, na área socioambiental houve muitas tentativas de afetar o funcionamento da sociedade civil, dentre elas a suspensão do Fundo Amazônia pela paralisação do funcionamento das suas instâncias de participação, além das várias tentativas de criminalização de organizações.

Diante desse contexto, espera-se que uma capacidade de reação se mostre também nas eleições próximas e que, além dos desafios e propostas trazidas pela carta, avance também a construção das políticas de participação social pautadas desde o início da Plataforma MROSC. Adriana destaca, por fim, as próximas tarefas e desejos para as organizações de forma coletiva: conseguir, durante a campanha, os compromissos necessários para retomada das nossas agendas; ter a capacidade de interagir com os processos de transição dos governos, pautando e contribuindo para a elaboração de documentos orientadores; manter a capacidade de pressão no novo governo. Para isso, é preciso o esforço político de manter o campo unido e articulado para trabalhar junto para que as OSC tenham as condições adequadas de parceria com o governo.

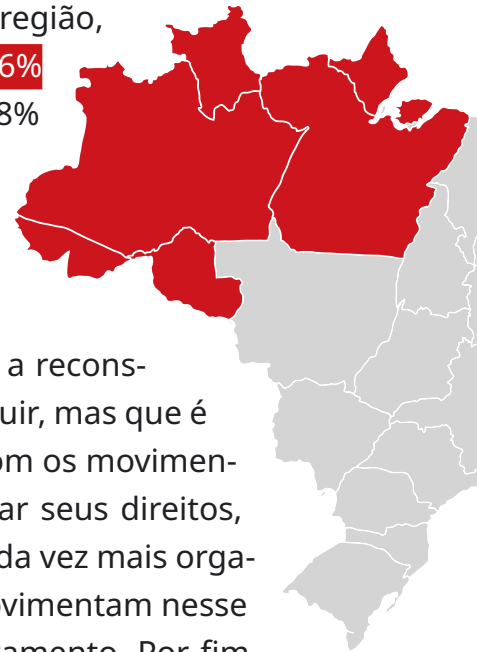
Na sequência, **Jane Cabral**, da direção nacional do MST e atuante no Pará, compartilhou reflexões e dados sobre a situação atual do país e sobre os possíveis caminhos. Nesse sentido, marcou a importância da análise de conjuntura desse X Encontro contar com diferentes fontes de conhecimentos.



Jane iniciou marcando o cenário de fome em nosso país, que, além de ser um direito negado, é um crime. Após inúmeros esforços para sairmos do Mapa da Fome, voltamos, sendo a população do campo fortemente impactada. Jane compartilha que no país com mais de 200 milhões de habitantes, no campo estão menos de 20 milhões, e no último ano saltou para 33,1 milhões o número de pessoas que passam por alguma situação irregular alimentar, sendo 14 milhões de brasileiros que entraram para o mapa no último ano.

Esse aumento, segundo Jane, não é justificado somente pela pandemia da Covid-19, em que não se viu políticas para que as pessoas pudessem ficar em casa. Nesse sentido, é importante marcar que a fome tem região, tem cor, tem gênero, tem escolaridade. **Na região norte, 71,6% das pessoas estão em insegurança alimentar**, no nordeste é 68% da população. No campo, ainda que seja menos populoso, a fome é mais sentida também por conta dos cortes nos subsídios de produção para o pequeno agricultor, enquanto subiram para o agronegócio.

Em relação aos caminhos necessários e possíveis para a reconstrução, Jane trouxe que “sabemos que é mais difícil que construir, mas que é preciso. Temos um governo que teve como objetivo acabar com os movimentos sociais, por saber que são onde as pessoas podem cobrar seus direitos, então muitos movimentos surgiram, mas precisamos estar cada vez mais organizados!”. Na experiência do MST, os comitês populares se movimentam nesse trabalho de organização em todos os lugares para o enfrentamento. Por fim, apontou que para acabar com a fome, além da Reforma Agrária Popular, é preciso também disseminar a plantação de árvores e a produção de alimentos saudáveis.



A análise de conjuntura seguiu com a apresentação de **Romi Bencke**, do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC e do Fórum ACT Brasil, que focou em contribuições sobre a religião e o fundamentalismo religioso no cenário atual.

Os movimentos fundamentalistas, intensificados no Brasil após o golpe, estão presentes em todos os países marcados por crises e acirramento de movimentos de extrema-direita. Em países da América Latina, o cristianismo é um



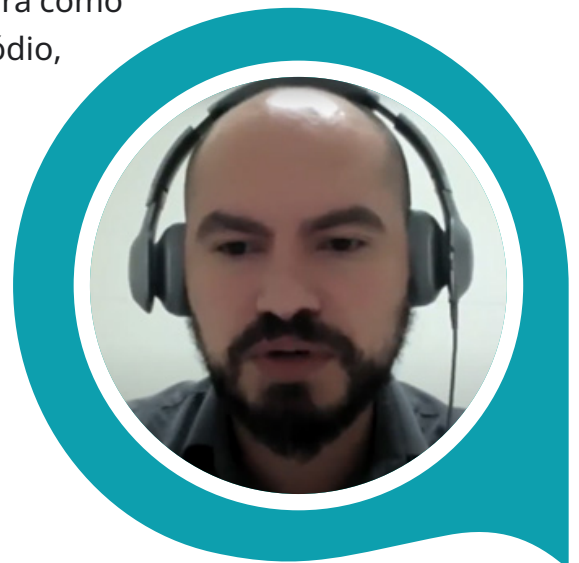
importante instrumento ideológico da direita, e assim como outras religiões hegemônicas, se organizou para influenciar ideologicamente inclusive na construção das OSC. Então quando falamos de OSC precisamos falar desse espectro amplo de quem se organiza na sociedade. Nem todas as organizações estão alinhadas sobre a defesa e o significado da democracia, o que aponta para um grande desafio. É uma tarefa nossa, portanto, falar do que se trata a democracia que pautamos, marcando que a mesma não existe sem a distribuição da riqueza.

Em relação ao papel das OSC, percebe-se um apoio maior para atuações mais assistencialistas e humanitárias do que a projetos e iniciativas que nitidamente buscam contribuir para que nos repensemos enquanto humanidade. Romi trouxe ainda que, para o capitalismo, a contribuição da sociedade civil torna-se importante e útil para “enxugar o gelo do capitalismo”, que além de criar as desigualdades precisa lidar com as desigualdades. Essa reflexão traz o cuidado para as OSC não se reduzirem a prestação de serviço para instituições neoliberais, pautando, para isso, as lutas antiopressão e da igualdade.

A religião nisso também aparece num lugar importante, pois cada vez mais tem se organizado como OSC e criado serviços com valores sociais conservadores, se apropriando do direito à liberdade religiosa. Na tarefa de fazer um contraponto a esses processos, precisamos trabalhar devidamente conceitos e temas considerando as contradições existentes, para não serem instrumentalizados para atacar e oprimir mulheres, os direitos sexuais e reprodutivos e os povos indígenas.

Por fim, Romi compartilhou uma reflexão importante sobre o nosso papel em contexto de conflito, pensando no cenário atual de crise. No pré-conflito, cabe fazer de tudo para evitar que o conflito surja; durante conflito, a pequena possibilidade de atuar pode ser fundamental para minimizar os impactos do conflito; no pós-conflito, por fim, deve-se olhar para as violências, para as desigualdades estruturais que continuarão e atentar para a cultura como um potencial instrumento de disseminação do ódio, principalmente contra determinados grupos.

Para encerrar as falas de conjuntura, **Henrique Frota**, advogado, membro da diretoria executiva da ABONG e diretor executivo do Instituto POLIS, trouxe resultados do relatório recém-lançado sobre a criminalização burocrática das OSC. O relatório foi fruto de uma pesquisa da ABONG com apoio da Plataforma MROSC e



envolveu entrevistas, grupos focais e questionários de mais de 130 organizações, trazendo também um acúmulo histórico de demandas jurídicas recebidas e acompanhadas.

A criminalização burocrática se entende por “um conjunto muito diverso de práticas institucionais que vão impor de maneira desproporcional e desigual um tratamento de forma mais difícil a nossa atuação”, englobando circunstâncias, procedimentos, legislações e determinações que vão criando barreiras e dificuldades para as atividades, projetos, e até a existência das organizações. É a tradução institucional das violências historicamente repetidas as pessoas defensoras dos direitos humanos, intensificada nos últimos anos e sob o atual governo.

O relatório² traz também a Agenda MROSC, apontando os desafios enormes diante do desconhecimento da Lei 13019 na administração pública e da contradição com as exigências para parcerias público-privadas. Alguns dos resultados da pesquisa apontaram que 65% das OSC que responderam o formulário passaram ou passam por um processo de difamação pública, sendo a maior parte das difamações do próprio poder público; 41% tem problemas com bancos, desde não fazer operações de câmbios de doações internacionais, ou exigir documentação indefinida, ou encerrarem as contas bancárias; 32% tem problemas com tributos, endividadas e com problemas fiscais. Além disso, uma perseguição política indevida ocorre pela exigência, em alguns casos, de “nada consta” sobre filiação partidária dos membros da organização, reforçando a criminalização das OSC. Essa criminalização se intensifica sobre organizações que atuam com pautas indígenas, sendo as mais atacadas no último período, e com organizações LGBTQIA +, antirracistas, que apresentaram maior dificuldade de acesso a recursos.

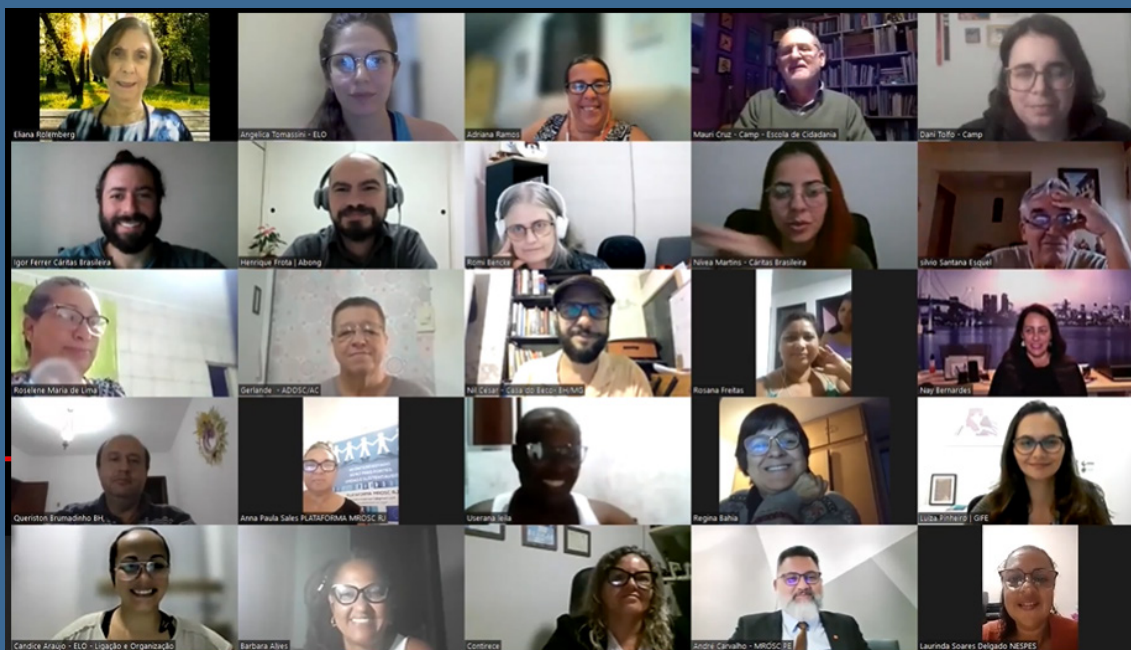
As apresentações sobre análise de conjuntura foram seguidas por intervenções dos participantes, que levantaram inúmeras reflexões. Keila Simpson, representante da Abong no Comitê Facilitador da Plataforma MROSC, destacou o recrudescimento das violências sobre organizações, especificamente sobre pessoas trans, indo desde a escassez de recursos para o funcionamento, até os discursos violentos nas mídias, reforçando a necessidade de formação e de estratégias de fortalecimento, considerando as especificidades que compõem a Plata-

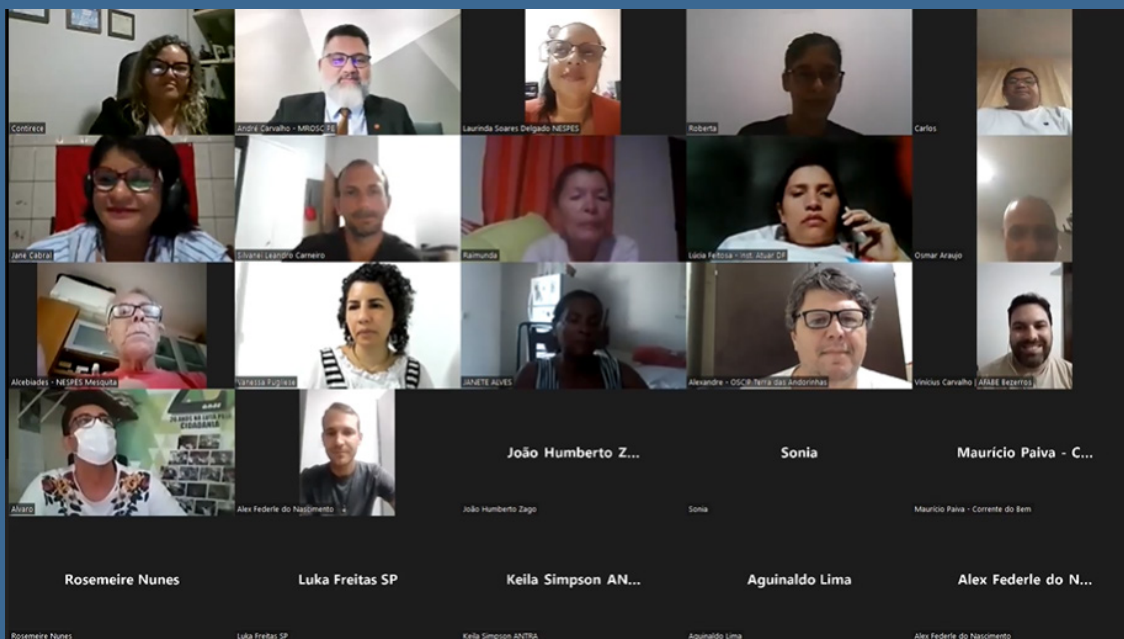
2 O relatório completo pode ser acesso em <https://abong.org.br/2022/07/04/download-criminalizacao-burocratica-estrategias-politico-juridicas-neoliberalismo-e-a-atuacao-das-organizacoes-da-sociedade-civil/>

forma MROSC. Também foi reforçada a importância de debruçar sobre as formas de sustentabilidade das organizações e os papéis que cumprem na dinâmica de funcionamento da sociedade e das políticas públicas, assim como resgatar a tarefa de interiorizar a Plataforma MROSC e chegar nos lugares com menos acessos, aumentando também a visibilidade.

Chamou atenção também a necessidade de pensar não só no compromisso para as eleições e no que queremos delas, mas também na fase da transição e na necessidade de pressão em qualquer um dos cenários. Também foi reforçada a urgência de avançar no combate à fome e atenção às diversidades na insegurança alimentar e na criminalização. As especificidades e demandas na luta das mulheres também foram apontadas, denunciando as inúmeras dificuldades, a escassez e as violências cotidianas.

As intervenções trouxeram, ainda, elogios em relação às apresentações e às trocas; a possibilidade de mudanças das legislações para aprofundar a atuação das OSC; a necessidade de novos recomeços; o desafio de que mais pessoas conheçam o que são OSC e terceiro setor, de mobilizar as cidades e os interiores; a importância de atuar nos conselhos municipais e de utilizar os espaços institucionais como audiências públicas e, por fim, o papel significativo das organizações na reconstrução democrática.





As reflexões do primeiro dia foram finalizadas com um convite para se-
 mear os sonhos, as forças e as mudanças, por meio da música "Semeadura": *"Nós
 vamos prosseguir companheiro, medo não há. No rumo certo da estrada, unidos va-
 mos crescer e andar"*.

2.2 SEGUNDO DIA DO X ENCONTRO NA- CIONAL DE SIGNATÁRIAS DA PLATAFOR- MA MROSC

Para iniciar as atividades do segundo dia, Mauri
 deu as boas-vindas e apresentou **Silvio Sant'Ana**, re-
 presentante da Fundação Esquel Brasil no Comitê
 Facilitador da Plataforma MROSC. Silvio fez a siste-
 matização das discussões do dia anterior, relem-
 brando alguns dos aspectos que apareceram na
 análise de conjuntura como o desinteresse e des-
 confiança na política, o fortalecimento do funda-
 mentalismo religioso, a destruição sistemática dos



direitos e da qualidade de vida desde o golpe de 2016, a reinserção do Brasil no mapa da fome e por consequência o aumento de demanda por apoio para sobreviver. As OSC, ainda que criminalizadas, resistiram aos retrocessos e atenderam dentro do possível as demandas sociais latentes. Silvio resumiu, ainda, algumas das necessidades comentadas como melhorar a capacidade de articulação, fortalecer a nossa identidade coletiva, melhorar a comunicação com a sociedade para sermos mais visíveis, aprimorar a criação do ambiente regulatório, pensar nas nossas possibilidades de sustentabilidade financeira e melhorar os mecanismos de governança da plataforma para uma incidência mais qualificada.

2.1.1 DEFINIÇÃO DE COMPROMISSOS E AGENDA POLÍTICA DA PLATAFORMA

Seguindo a programação do encontro, foram apresentados por Mauri os principais acúmulos de compromissos e agenda política da plataforma. Para definir essas estratégias, foram disponibilizadas dez propostas elaboradas pelo Comitê Facilitador para análise das signatárias. A partir dessa busca ativa de colaboração, foram acolhidas as reações e sugestões, acrescidas às novas propostas que surgiram no primeiro dia do X Encontro Nacional. O resultado desse processo foi organizado por temas para facilitar o debate e a deliberação.



Como parte da metodologia proposta, foram apresentados os tópicos de cada tema, abrindo inscrições sobre cada um deles logo após. As propostas, contribuições e alterações podem ser vistas abaixo:



Incidência política

Proposta enviada

- Negociação direta com os próximos governos sobre os temas chaves para as OSC, garantindo um canal permanente de acesso direto à Administração Pública, visando a inserção da Plataforma nos processos de decisões políticas locais, estaduais e nacionais.
- Reivindicar nas diversas instâncias: nacional, estaduais e municipais, a garantia da proteção da cidadania, o combate à criminalização e conceito de terrorismo que atinge as OSC e os movimentos sociais e garantias de apoio político e financeiro à atuação dos movimentos sociais e das OSC;

Contribuições recebidas pelo formulário e durante o Encontro

- Regulamentação do MROSC nos estados;
- Criação de canais de relacionamento - secretaria nacional - para atender as demandas das OSC;
- Ratificação do protocolo 2014 da OIT contra escravidão moderna
- Pacto social para as OSC;
- Defesa da criação dos CONFOCO nos estados e municípios.

- Garantir a regulamentação dos direitos das OSC;
- Enxergar as OSC como vetor de combate às desigualdades;
- Combate ao preconceito e a discriminação racial;
- Ação Social de Iniciativa Popular (Art. 14, inciso III da CF/88);
- Criação e fortalecimento da Frente Parlamentar Mista de Defesa das OSC em todos os níveis;
- Rediscutir a LGPD para não criminalização das OSC;
- Padronizar os check list dos órgãos públicos nas parcerias.

Novas propostas:

- Construir uma estratégia de comunicação para dar visibilidade e reconhecimento social a atuação das OSC;
- Monitoramento das propostas em relação às OSC durante as eleições;
- Criação de um órgão internacional de representação das OSC;
- Monitorar a implantação da Lei 13.019/2014 garantindo que a norma seja implementada nos termos que foi concebida no Congresso Nacional.



PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Proposta enviada

- É essencial legalizar a democracia direta (plebiscito, referendo, iniciativa popular) e a democracia participativa (Conselhos, Conferências, Orçamento Participativo) por Lei ordinária ou complementar, recuperando os conselhos que foram extintos como o CONSEA.
- Aumentar acesso da participação das OSC através dos Conselhos de Fomento e Colaboração - CONFOCO no ciclo de políticas públicas desde a concepção, na execução e no controle social, abrindo-se, inclusive, espaços e condições para a participação das OSC na operacionalização das políticas públicas,
- Articular internacionalmente espaços cívicos em defesa da liberdade de associação, em especial na ONU, OCDE, OEA e CEPAL.

Contribuições recebidas pelo formulário e durante o Encontro

- Ampliar a atuação do CONFOCO;
- Fortalecer os conselhos com caráter deliberativo;
- Defender o Orçamento Participativo e as Emendas Impositivas;
- Sugestão da criação de GT jurídico e de GT de Autogestão (não houve acordo);
- Garantir a autonomia das representações das OSC nos conselhos.

- Criação dos CONFOCO nos estados e municípios;
- Maior transparência nos editais;
- Garantia de participação para além dos segmentos;
- Fortalecimento das pautas interconselhos;
- Criar mecanismos de proteção das lideranças que participam dos conselhos.

- Articular organismos internacionais para a defesa das OSC;
- Incluir a pauta da proteção ambiental e da defesa dos povos originários;
- Criação de um órgão internacional de representação das OSC;
- Alinhar com as agendas internacionais - ODS e Agenda 2030 em especial os ODS 16 e 17.



SUSTENTABILIDADE

Proposta enviada

- Aprimorar e simplificar mecanismos de contratos administrativos, reduzindo e ou anulando as hipóteses de exclusões de aplicação da lei, e orientar a revisão das normas estaduais e municipais de regulamentação que se sobrepõem à Lei Nacional do MROSC (13.019/2014).
- Adotar serviços bancários e financeiros especiais para OSC nos bancos, incentivando serviços autônomos de cooperativismo de crédito solidário.
- Desenvolvimento de estudos para a criação de fundos autônomos para o de fomento institucional para OSC, bem como promover a implantação, nas OSC, de fundos patrimoniais de renda para garantir a autonomia e sua independência;
- Tratamento diferenciado e simplificado nos campos administrativos, tributários, fiscais e contábeis, com efetiva redução de carga tributária, vinculada ao papel social, e implantação de incentivos a doadores, devendo também ser estudada a possibilidade de medida legislativa de anistia (de passivos tributários ou administrativos), REFIS ou encerramento de pendências em prestações de contas com mais de cinco anos de vigência sobre as quais não constem tomada de contas especial;

Contribuições recebidas pelo formulário e durante o Encontro

- Prioridade porque há muitas práticas contrárias à legislação;
- Necessidade de que as OSC se apropriem do MROSC;
- Diminuir as divergências sobre a legislação;
- Editais mais simplificados como na Lei da Cultura Viva.

- Trabalhar com as autoridades a mudança do sistema atual;
- Avaliar como se aplica ao cooperativismo;
- Necessidade de linhas de crédito para as ações sociais;
- Seminário nacional ou uma campanha para debater esse problema;
- Garantir a tarifa zero para as OSC.

- Criação de fundos para financiamento das OSC;
- Captação de recursos com empresas privadas e embaixadas;

- Explorar melhor os recursos do FDID;
- Levar a proposta para os estados- fundos estaduais;
- Incluir a economia solidária;
- Desburocratizar o acesso a recursos;
- Capacitação para captação de recursos.

- Proposta essencial para a sobrevivência das OSC;
- Preciso investir na qualificação dos serviços contábeis, marketing e serviços especializados;
- Repensar os modelos de prestação de contas;
- Buscar simplificar a legislação para as OSC- Simples das OSC.



FORMAÇÃO

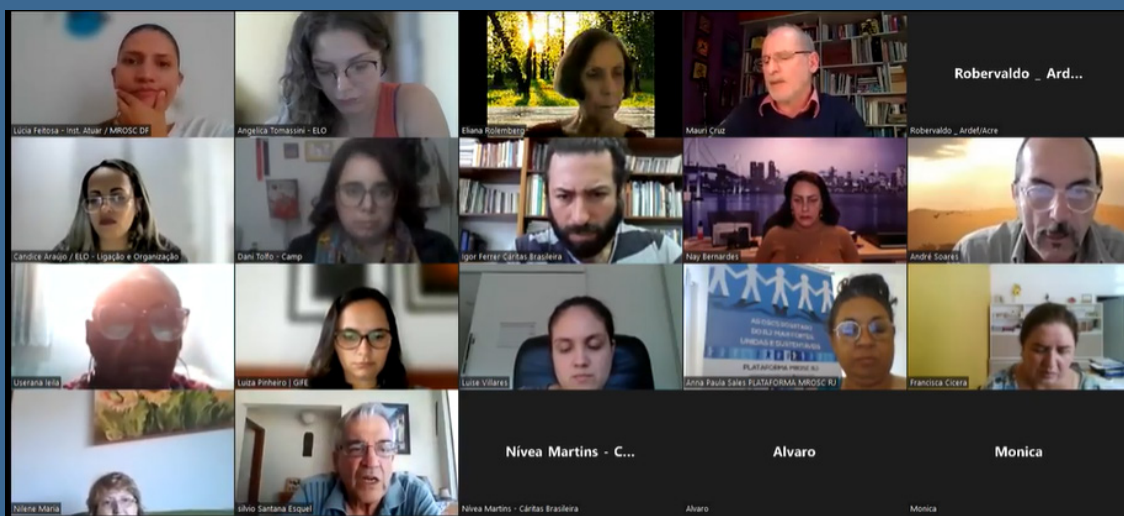
Proposta enviada

As políticas públicas deverão oferecer e financiar programas de capacitação específicos para lideranças de OSC, com prioridade para mulheres e jovens.

Contribuições recebidas pelo formulário e durante o Encontro

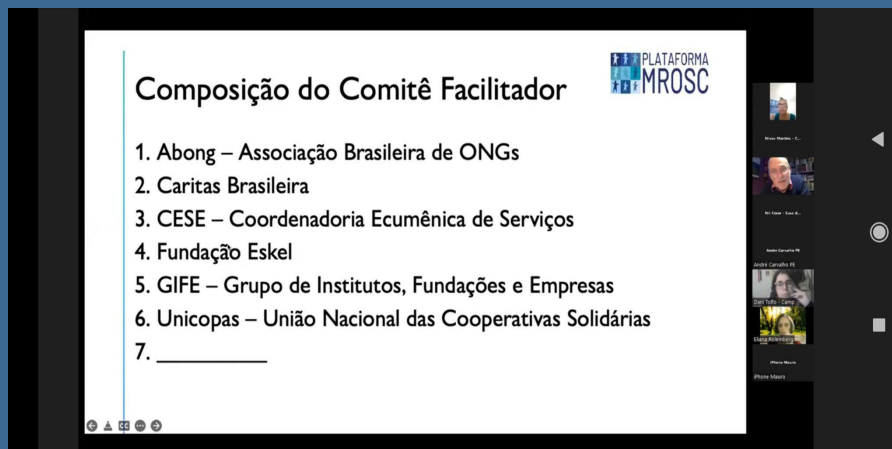
- Envolver parceria com empresas privadas para capacitação;
- Formação para OSC que atuam com idosos;
- Enxergar as OSC como parte da Economia Solidária;
- Formação para transparência, comunicação e sustentabilidade;
- Educação inclusiva, equitativa e de qualidade;
- Formação de lideranças in loco
- Criar um programa de capacitação específico para as OSC;
- Cuidar para que a capacitação não sirva como forma de controle das OSC;
- Ter recursos - fundo- específicos para capacitação;
- Qualificação técnica para gestão de recursos públicos.

Além das novas contribuições apresentadas acima, em relação ao tema da formação foi reforçado o papel enquanto Plataforma MROSC de centrar as formações nos temas afins do MROSC, sugerindo-se também o compartilhamento e articulação entre as formações nas temáticas das OSC signatárias.



2.1.2 ESTRUTURA DE GESTÃO PARA O PERÍODO

O encontro também teve a recomposição dos Grupos de Trabalho e do Comitê Facilitador, a partir de inscrições em um formulário enviado aos participantes no dia 12 de agosto. A contextualização dos acúmulos sobre a governança da Plataforma MROSC foi feita por Igor, do Comitê Facilitador, que retomou o processo de discussão sobre a composição feita nos encontros nacionais anteriores. Reforçou, ainda, que o Comitê Facilitador é formado por sete organizações, tendo a sétima vaga livre após a saída oficializada da Visão Mundial no último ano.



A composição do Comitê Facilitador possui caráter eletivo e critérios para as OSC interessadas, como participar e contribuir com a Plataforma, ter representação nacional, disponibilidade para acompanhar e participar das atividades, ter compromisso com o processo histórico de consolidação da Plataforma e ser congruente com a diversidade de segmentos entre as signatárias. Segue abaixo informações sobre as OSC inscritas:

Nome da OSC Interessada em Compôr o Comitê Facilitador	Município	Responsável pela OSC
União Comunitária de Desenvolvimento de Freixeiras	Ceará	Aline Brauna
Casa de Cultura Esporte e Cidadania Dona Joana	Água Fria (BA)	Aristanan Pinto Nery
JH9.ORG	Minas Gerais	João Humberto Zago
Centro de desenvolvimento e Cidadania	Recife (PE)	Ana Nery dos Santos
Movimento das Mulheres trabalhadoras Rurais Pernambuco	Garanhuns (PE)	Anna Paula da Silva
ELO LIGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO	Salvador (BA)	Camila Veiga de Oliveira

Das seis OSC inscritas, estavam presentes no segundo dia do encontro três delas: CDC; ELO e JH9. Tiveram dois minutos cada uma para se apresentar. A votação entre as três organizações foi feita pelo chat, resultando na seguinte colocação: ELO (20 votos), CDC e JH9 (4 votos cada). Ficou definida, portanto, a entrada do ELO Ligação e Organização como membro do Comitê Facilitador da Plataforma MROSC, que assumirá a responsabilidade junto às outras 6 organizações que já o compõem. Candice Araújo, assessora do ELO, agradeceu os votos e falou em nome da entidade:

Gostaria de ressaltar o nosso comprometimento com a agenda MROSC e com o fortalecimento da sociedade civil. Diante do atual contexto de retrocesso precisamos estar cada vez mais próximos das OSC que defendem a verdadeira democracia.

Para a composição dos Grupos de Trabalho, dado que este é aberto à participação das signatárias, novas organizações passaram a fazer parte da construção conforme segue, após preenchimento do formulário divulgado. Em relação aos GTs, todas as inscrições foram acolhidas.

Nome do trabalho que gostaria de integrar	Nome da OSC que tem interesse em integrar o Grupo de Trabalho	Município	Responsável pela OSC
Interiorização e formação	Movimento de Mulheres Maria Pimentel Marinho	Rio de Janeiro (RJ)	Rosana
Tributário	Instituto Vanguarda Social	Recife (PE)	André Carvalho
Interiorização e formação	Casa de Cultura e Cidadania Dona Joana	Água Fria (BA)	Aristanan Pinto Nery
Interiorização e formação	ADOSC	Rio Branco (AC)	Gerlande Thadeu Sales Bento
Interiorização e formação	JH9.ORG	Minas Gerais	João Humberto Zago
Interiorização e formação	Centro de Desenvolvimento e Cidadania	Recife (PE)	Ana Nery dos Santos
Tributário	Amazônia TEC	Belém (PA)	Rodrigo Huhn

2.1.3 AGENDA 2022/2023

Ao final do segundo dia, aprovou-se também a carta de compromisso com as prioridades relacionadas à agenda MROSC para mobilização de candidatos/às no processo eleitoral de 2022. A ideia da carta, a partir do GT de Interiorização e da experiência na Plataforma Estadual de MG, acompanha a previsão de um encontro pós-eleição para discutir a estratégia da plataforma, e foi validada após a leitura na íntegra entre os participantes. Sugestões em relação ao conteúdo foram acolhidas e ficou pactuado que o Comitê Facilitador se responsabiliza pela operacionalização. A carta segue em anexo neste relatório e pode também ser encontrada na página da Plataforma MROSC³.

3 Link da carta compromisso a elegíveis de 2022: <https://plataformaosc.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Carta-Compromisso-Plataforma-MROSC-.pdf>

3

AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Para encerrar os dois dias de encontro e compartilhar o que seria levado dele pelas pessoas participantes, foi orientado para que colocassem no chat da sala virtual uma palavra que representasse o que cada um e cada uma leva dos dois dias de troca e de atividades. **Dentre as avaliações e palavras que surgiram, estavam: gratidão, união, potência, mudanças, tarefas, em festa, muito bom, excelente, comprometimento, parabéns, avanço, esperança, consciente e reanimada.** Ainda que o formato tenha sido diferente da proposta inicial de ser presencial, as falas e as contribuições foram elogiadas, além da riqueza das trocas e dos avanços percebida entre quem participou.



4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Caminho se conhece andando, Então vez em quando é bom se perder Perdido fica perguntando, Vai só procurando E acha sem saber”

Trecho de Deus me proteja, canção reproduzida ao fim do Encontro

O X Encontro Nacional de Signatárias, iniciado com uma análise de conjuntura breve, porém densa e certeira, foi fundamental também para aprovação de entrada do ELO na vaga do Comitê Facilitador e para a validação de uma carta compromisso aos elegíveis para as eleições deste ano de 2022.

A análise de conjuntura feita por Mauri Cruz (Instituto IDhES e CAMP), Adriana Ramos (Instituto Socioambiental - ISA), Jane Cabral (Movimento dos Trabalhadores/as Sem Terra – MST), Pa. Romi Bencke (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC) e Henrique Frota (Instituto Polis e Abong) foi elogiada, tanto pelas ótimas contribuições e pela diversidade de pontos de vista, quanto pela proximidade com a realidade das OSC, além de terem levantado questões já discutidas em outros encontros como nosso papel enquanto organizações da sociedade civil e a execução das políticas públicas. A análise de conjuntura reafirmou a necessidade de olharmos a dinâmica da realidade no momento para então definirmos as estratégias e prioridades de ação, entendendo que dentre os principais desafios das OSC nessa conjuntura estão a construção de um ambiente favorável para atuação sustentável, a promoção de ações que visem o reconhecimento e a legitimidades da atuação das organizações e a construção de estratégias para a sustentabilidade política e financeira.

Ademais, a carta compromisso para os elegíveis consensuada ao final do encontro mostrou o quanto há para avançar na implementação dos dispositivos de participação social e da própria Lei 13.019, além de outras posturas necessárias frente aos desmontes, destruição e precarizações nas diferentes esferas. Somado a isso, a votação para representante da sétima vaga no Conselho Executivo preenchida pela ELO Ligação e Organização fortalecerá a atual equipe e somará aos desafios de atuação da Plataforma MROSC. Assim como a música, reafirmamos que caminhamos juntos e andando!



Acompanhe as redes da Plataforma MROSC:

<https://linktr.ee/redesplataformamrosc>



5

ANEXO I CARTA CONVITE

CONVOCAÇÃO

O Comitê Facilitador tem o prazer de convidar a todas as signatárias para o X ENCONTRO NACIONAL DAS SIGNATÁRIAS DA PLATAFORMA MROSC que será realizado presencialmente nos dias 12 a 14 de julho de 2022 em Porto Alegre. Também será oportunizada a participação remota.

O objetivo deste Encontro, que terá como tema “O papel das OSC na agenda de reconstrução do Brasil”, será discutir os desafios e as prioridades da Plataforma para o próximo período, bem como, deliberar sobre os encaminhamentos necessários para a defesa e fortalecimento das OSCs no Brasil. Além disso, será uma oportunidade de encontro presencial, após mais de dois anos de pandemia.

Para provocar o debate, segue em anexo um documento com as reflexões do Comitê Facilitador sobre os desafios da Plataforma MROSC para o próximo período.

As inscrições serão realizadas pelo formulário de inscrição até 30/04

Contamos com a presença de todes!

Comitê Facilitador

REFLEXÕES DO COMITÊ FACILITADOR SOBRE OS DESAFIOS DA PLATAFORMA MROSC

INTRODUÇÃO

O próximo Encontro Nacional das Signatárias da Plataforma MROSC será realizado em um momento extremamente difícil para as OSC. Fazemos esta convocação para debater como enfrentaremos os enormes desafios em conjunto.

Desde sua criação, há 12 anos, a “Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as OSC” (Plataforma MROSC) promoveu um conjunto importante de ações e iniciativas que a qualificaram perante outros atores institucionais e, principalmente, promoveram importante evolução regulatória aprimorando o ordenamento jurídico alterando as parcerias das entidades com os Governos. Além disso, consolidou no Congresso Nacional uma Frente Parlamentar de Defesa das OSCs que, com apoio técnico político da Plataforma, tem obtido resultados na criação ou expansão dos direitos das OSC.

Em 2010, a Plataforma MROSC reivindicava cinco pontos, a saber:

- A** Processos e instâncias efetivos de participação cidadã nas formulações, implementação, controle social e avaliação de políticas públicas;
- B** Instrumentos que possam dar garantias à participação cidadã nas diferentes instâncias;
- C** O estímulo ao envolvimento da cidadania com as causas públicas, criando um ambiente favorável para a autonomia e fortalecimento das OSC;
- D** Mecanismos que viabilizem o acesso democrático aos recursos públicos e que permitam a operacionalização desburocratizada e eficiente das ações de interesse público;

E Um regime tributário apropriado e favorecido às OSC, incluindo a criação e aprimoramento de incentivos fiscais para doações de pessoas físicas e jurídicas).

Boa parte destas reivindicações foram parcialmente atendidas, como a criação em 2014 de Política Nacional de Participação Social (Decreto nº 8243/14) e a sanção da Lei nº 13.019/14.

Como contrapartida daqueles pontos os signatários se comprometeram a ampliar sua visibilidade, transparência e promover a integração e interlocução com a cidadania, bem como, adotar mecanismos de autorregulação.

Entretanto, em tempos mais recentes, o atual governo federal vem promovendo o desmantelamento dos ganhos e direitos sociais introduzidos pela Constituição de 1988. Esta situação, agravada pela pandemia da Covid-19, impactou na degradação das condições de vida da população e no enriquecimento das elites, ampliando desigualdades e o stress social. Os governos, que já não atendiam adequadamente às demandas sociais, abandonaram deliberadamente as instituições que deveriam implantar políticas de desenvolvimento e sustentabilidade e atender a população. Esta situação tem aumentado a pressão sobre as OSC que, em condições cada vez mais precárias, tentam atender a demanda crescente da população mais vulnerável. Há que se ressaltar o esforço e a contribuição das entidades para com suas comunidades durante a pandemia. Estas ações foram essenciais para a sobrevivência de milhares de famílias em todo país e demonstraram para a sociedade em geral (e alguns governantes) a importância das OSC e o significado de sua ação.

Nos últimos anos, a luta da Plataforma foi a de buscar minimizar a destruição promovida, principalmente, pelo Governo Federal. Buscando superação, a Plataforma alterou sua tática e decidiu operar mais articulada ao Parlamento visando o bloqueio de iniciativas prejudiciais as OSC no próprio parlamento ou no poder judiciário.

Na mesma direção decidiu por realizar esforço mais intenso na ampliação (interiorização) de sua incidência, apoiando, inclusive financeiramente, as signatárias e os coletivos dos estados e municípios visando manter e fortalecer suas ações. É a partir desta realidade que a Plataforma MROSC deve refletir e encontrar os melhores caminhos para cumprir seus objetivos.

ANEXOS

OS DESAFIOS DA PLATAFORMA NO ATUAL CONTEXTO

Desde 2002, podemos dizer que o coletivo “Plataforma” avançou. De poucas dezenas de OSC no início, temos centenas de signatárias em todo o País, incluindo redes e fóruns que por sua vez agrupam múltiplas outras entidades. Com a expansão em todo território nacional, a Plataforma, através de suas signatárias, constrói articulações ativas e incidentes sobre temas de seu interesse intervindo, especialmente, no tema das regulações locais. Além disso, graças às tecnologias de informação, a Plataforma tem se conectado permanente com milhares de outras organizações. Um instrumento essencial destes avanços têm sido os Encontros Nacionais das Signatárias que deliberam e definem os caminhos que devem ser tomados pelas várias instâncias da Plataforma (CF nacional, articulações e Plataformas estaduais, GTs, Encontros estaduais etc.). Felizmente, com o apoio financeiro da União Europeia, o Comitê Facilitador e o Comitê Gestor do Projeto (Caritas e ELO) têm conseguido, com muita dedicação, proporcionar condições básicas para as ações coordenadas.

Neste momento, apresentam-se importantes desafios para a nossa Plataforma.

Partimos do fato de que a Plataforma MROSC é ator político, e que ela existe para incidir social e politicamente na construção das regulações que afetam a vida das OSC. Sendo assim necessita (como totalidade) se posicionar (com um mínimo de homogeneidade-unidade) no cenário político de cada localidade e do país. Deve ser e parecer unida.

Por isso, a Plataforma tem interesses objetivos de que as lideranças dos poderes públicos, além de engajadas na manutenção e fortalecimento da democracia, devem ser favoráveis ao fortalecimento das OSC.

Entendemos que as eleições federais de 2022 oferecem clara disjuntiva entre o projeto atual de governo e as propostas alternativas de reconstrução do estado democrático de direito e de bem-estar social. Dois projetos de sociedade antagônicos. Independente das posições e entendimentos específicos de cada signatária, parece óbvia a escolha da Plataforma, considerando que os resultados das eleições de 2022 marcarão a vida do país pelos próximos anos.

Neste sentido, sugere-se que o Encontro Nacional de Signatárias debata e delibere sobre quais são as propostas prioritárias a serem encaminhadas às candidaturas para futura adoção pelos futuros governantes. Visando contribuir neste debate, o Comitê Facilitador apresenta os desafios e propostas que considera prioritários:

- 1** Negociação direta com os próximos governos sobre os temas chaves para as OSC, garantindo um canal permanente de acesso direto à Administração Pública, visando a inserção da Plataforma nos processos de decisões políticas locais, estaduais e nacionais.
- 2** Reivindicar nas diversas instâncias: nacional, estaduais e municipais, a garantia da proteção da cidadania, o combate à criminalização e conceito de terrorismo que atinge as OSC e os movimentos sociais e garantias de apoio político e financeiro à atuação dos movimentos sociais e das OSC;
- 3** É essencial legalizar a democracia direta (plebiscito, referendo, iniciativa popular) e a democracia participativa (Conselhos, Conferências, Orçamento Participativo) por Lei ordinária ou complementar.
- 4** Aumentar acesso da participação das OSC através dos Conselhos de Fomento e Colaboração-CONFOCO no ciclo de políticas públicas desde a concepção, na execução e no controle social, abrindo-se, inclusive, espaços e condições para a participação das OSC na operacionalização das políticas públicas,
- 5** As políticas públicas deverão oferecer e financiar programas de capacitação específico para lideranças de OSC, com prioridade para mulheres e jovens e para o voluntariado;

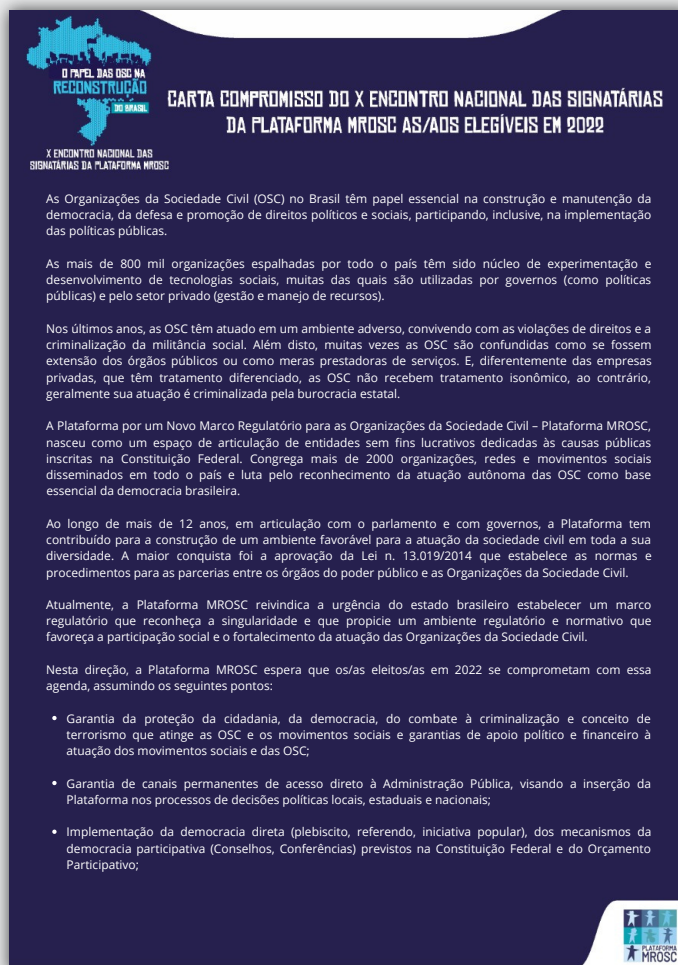
- 6 Desenvolvimento de estudos para a criação de fundos autônomos para o de fomento institucional para OSC, bem como promover a implantação, nas OSC, de fundos patrimoniais de renda para garantir a autonomia e sua independência;
- 7 Tratamento diferenciado e simplificado nos campos administrativos, tributários, fiscais e contábeis, com efetiva redução de carga tributária, vinculada ao papel social, e implantação de incentivos a doadores, devendo também ser estudada a possibilidade de medida legislativa de anistia (de passivos tributários ou administrativos), REFIS ou encerramento de pendências em prestações de contas com mais de cinco anos de vigência sobre as quais não constem tomada de contas especial;
- 8 Aprimorar e simplificar mecanismos de contratos administrativos, reduzindo e ou anulando as hipóteses de exclusões de aplicação da lei, e orientar a revisão das normas estaduais e municipais de regulamentação que se sobrepõem à Lei Nacional do MROSC (13.019/2014).
- 9 Adotar serviços bancários e financeiros especiais para OSC nos bancos, incentivando serviços autônomos de cooperativismo de crédito solidário.
- 10 Articular internacionalmente espaços cívicos em defesa da liberdade de associação, em especial na ONU, OCDE e CEPAL.

Esses são alguns temas que o Comitê Facilitador tem discutido e que apresenta para o debate das signatárias a fim de que, no Encontro Nacional, sejam feitos os encaminhamentos necessários.

Bom debate à todes!

ANEXO II

CARTA COMPROMISSO AOS ELEGÍVEIS EM 2022



VEJA A CARTA COMPLETA NO LINK ABAIXO:



<https://plataformaosc.org.br/wp-content/uploads/2022/07/carta-compromisso.pdf>



plataformaosc.org.br



[plataformaosc](https://www.facebook.com/plataformaosc)



[plataformamrosc](https://www.instagram.com/plataformamrosc)



[plataformamrosc](https://twitter.com/plataformamrosc)